

Brasília-DF, 07 de outubro de 2025

CNTI participa de audiência sobre pejetização no STF



A **Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI)** participou, nesta segunda-feira (6), de audiência pública no Supremo Tribunal Federal (STF) que discutiu os impactos da pejetização nas relações de trabalho. O debate, promovido pela Corte, reuniu entidades sindicais, representantes do governo, juristas e especialistas em direito do trabalho, com o objetivo de subsidiar o julgamento sobre a legalidade dessa prática no país.



Eduardo Anunciato (Chicão)

Representando a CNTI, o dirigente **Eduardo Anunciato (Chicão)** fez uma intervenção firme em defesa dos direitos trabalhistas e da representatividade sindical. Ele alertou para os riscos da pejetização irrestrita, que vem transformando trabalhadores assalariados em prestadores de serviço com CNPJ próprio, sem as garantias previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Durante sua fala, Chicão destacou que a pejetização, quando utilizada para mascarar vínculos de emprego, desestrutura a negociação coletiva e compromete o papel histórico das entidades sindicais. **"Permitir que a pejetização prospere sem limites significa enfraquecer a negociação coletiva, esvaziar o papel dos sindicatos e precarizar direitos. A Constituição protege o trabalho humano e não a ficção de um CNPJ"**, afirmou.

Além de presidir o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo (STIEESP), Chicão reforçou o compromisso da CNTI em atuar contra práticas que fragilizam a proteção social e o equilíbrio nas relações de trabalho. A entidade defende que o STF assegure o cumprimento dos princípios constitucionais que valorizam o emprego digno, a organização sindical e a justiça social.



MTE atualiza "Lista Suja" do trabalho análogo à escravidão com 159 novos empregadores

Atualização semestral revela 1.530 trabalhadores resgatados entre 2020 e 2025; maioria dos casos envolve pecuária de corte, serviços domésticos e cultivo agrícola.



O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) publicou nesta segunda-feira (6) a atualização do [Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à escravidão, conhecido como "Lista Suja"](#). A nova versão inclui 159 empregadores, sendo 101 pessoas físicas e 58 pessoas jurídicas, um aumento de 20% em relação à atualização anterior.

De acordo com a Auditoria Fiscal do Trabalho, os casos registrados nesta atualização ocorreram entre 2020 e 2025, totalizando 1.530 trabalhadores resgatados da exploração. Os estados com maior número de inclusões foram Minas Gerais (33), São Paulo (19), Mato Grosso do Sul (13) e Bahia (12). Entre as atividades econômicas, destacam-se a criação de bovinos para corte (20 casos), os serviços domésticos (15), o cultivo de café (9) e a construção

**Brasília-DF, 07 de outubro de 2025**

civil (8). Do total, 16% das inclusões estão relacionadas a atividades econômicas do meio urbano.

A "Lista Suja" é publicada semestralmente e tem como objetivo dar transparência aos resultados das ações fiscais de combate ao trabalho escravo, que envolvem a atuação de Auditoria Fiscal do Trabalho (AFT), Polícia Federal (PF), Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério Público Federal (MPF), Defensoria Pública da União (DPU) e, eventualmente, outras forças policiais.

Matéria completa: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2025/outubro/mte-atualiza-201clista-suja201d-do-trabalho-analogo-a-escravido-com-159-novos-empregadores>

Fonte: MTE

Eletricitários denunciam práticas abusivas da Enel e reforçam luta por direitos

Saiba mais sobre as práticas abusivas da Enel e como o STIEESP está agindo para garantir direitos trabalhistas aos eletricitários.



Sindicato se reúne com as bases da Enel para tomar providências sobre práticas abusivas

O Sindicato dos Eletricitários de São Paulo intensificou nesta semana a atuação junto às bases da Enel, após uma série de denúncias apresentadas pelos trabalhadores. Em reuniões realizadas no dia 2 de outubro nas unidades de Monte Santo, Guarapiranga e 25 de Janeiro, diretores do STIEESP ouviram relatos preocupantes sobre práticas da empresa que afetam diretamente as condições de trabalho.

Entre as principais reclamações estão a instalação de câmeras nos veículos sem qualquer acordo prévio com o Sindicato, alterações unilaterais na escala do Plano Verão e contratações externas de profissionais Plenos e Seniors, em detrimento da valorização da mão de obra interna.

Diante da gravidade das situações, o presidente do STIEESP, Eduardo Annunziato (Chicão), esteve na base de Monte Santo, onde conversou diretamente com os trabalhadores. Mais tarde, reuniu-se com representantes da Enel para apresentar formalmente as denúncias e cobrar providências imediatas.

Segundo Chicão, "o Sindicato está sempre ao lado dos trabalhadores para ouvir demandas e reivindicações, apurar denúncias, lutar pelos direitos e conquistar avanços para toda a categoria Eletricitária."

A empresa, por sua vez, reconheceu falhas de comunicação, especialmente no caso da instalação de câmeras, e afirmou que revisará o procedimento, comprometendo-se a prestar esclarecimentos ao Sindicato.

Mobilização nacional e transição justa no setor energético

Paralelamente às ações nas bases, dirigentes do Sindicato também participaram, nos dias 29 e 30 de setembro, do Seminário Nacional por uma Política Industrial Nacional, Inter-regional, Soberana e com Transição Justa, realizado em São Paulo. O evento foi promovido pela IndustriALL Brasil e Global, em parceria com o Projeto SASK, e reuniu lideranças sindicais de diversos setores produtivos.

O encontro discutiu o cenário industrial no Brasil e na Europa, com foco nos ataques à soberania nacional e na necessidade de garantir uma transição energética justa. O STIEESP esteve representado pelo vice-presidente Alexandre Meduneckas (Bola) e pelos diretores Marcio Oliveira e Gabriel Soares.

Para Bola, a participação foi estratégica: "Esse debate é essencial para pensarmos uma política industrial que valorize os trabalhadores, garanta a soberania nacional e prepare o setor energético para uma transição justa. Estar junto de Sindicatos de diferentes setores e países fortalece a luta da classe trabalhadora como um todo."

Sindicato reafirma compromisso com a categoria

As recentes ações do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo evidenciam a postura firme de defesa dos direitos dos trabalhadores frente às práticas da Enel, ao mesmo tempo em que reafirmam o engajamento da entidade nas articulações nacionais e internacionais por um setor energético mais justo e soberano.

O STIEESP seguirá acompanhando de perto as denúncias feitas pelos trabalhadores e cobrando soluções concretas da empresa, sempre com o objetivo de proteger a categoria e garantir condições dignas de trabalho.

Fonte: Rádio Peão Brasil

Brasília-DF, 07 de outubro de 2025

Após vitória na isenção do IR, governo Lula mira agenda de alcance popular; veja as prioridades

Projeto vai ficar marcado como um dos legados da gestão, enquanto fim da escala 6x1 e tarifa zero aparecem como novas bandeiras do governo



Créditos: Tânia Rêgo/Agência Brasil

Interlocutores do governo Lula (PT) comunicam que o governo vai priorizar pautas de alcance social nos próximos meses em meio à melhora nos índices de aprovação e na sequência da vitória na ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda. O momento é favorável para avançar em novas bandeiras de apoio popular, entre elas o fim da jornada 6x1 e o transporte público gratuito nacional, e para construir um combo eleitoral para 2026, após as manifestações que colocaram fim à baderna capitaneada pelo bolsonarismo e pelo Centrão no Congresso Nacional.

A isenção do Imposto de Renda tende a ficar marcada como um dos legados do governo, enquanto o fim da escala 6x1 e a tarifa zero nos ônibus aparecem como as novas bandeiras da gestão. Lula pretende reunir líderes da base aliada para tentar destravar a pauta na Câmara. Em encontro entre a deputada Erika Hilton (PSOL-SP), autora da PEC que propõe a redução da jornada de trabalho, e a ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, foi acertada uma reunião nos próximos dias com lideranças de partidos de esquerda para discutir estratégias que permitam avançar o tema na Casa. O deputado federal Guilherme Boulos (PSOL) também comunicou em suas redes sociais a prioridade da pauta.

Apresentada em fevereiro com o apoio de 234 parlamentares, a PEC de Erika Hilton segue parada na Câmara, à espera de despacho do presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB). O texto precisa passar pela CCJ e, depois, por uma comissão especial antes de chegar ao plenário. Enquanto isso, o debate sobre a redução da jornada de trabalho se concentra em uma subcomissão especial.

Ainda sem divulgar a agenda completa das reuniões e propostas, o governo indica que deve concentrar

esforços em ações de efeito rápido na vida da população, especialmente relacionadas a emprego e transporte público.

Como mostrou uma reportagem da Fórum, o presidente solicitou ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, estudos sobre a viabilidade de implantar tarifa zero ou simbólica no transporte coletivo em todo o território brasileiro. Durante reunião ministerial, o presidente levantou a hipótese de implementar a medida, começando pelos domingos e feriados, e afirma que reconheceu os entraves orçamentários, mas que deseja cálculos mais detalhados antes de avançar na decisão. O levantamento está previsto para ser entregue ainda neste ano ao chefe do Executivo.

Segundo levantamento da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU) divulgado este ano, mais de 154 cidades do Brasil oferecem a tarifa zero, seja de forma total ou parcial. Desse total, 73% passaram a adotar o programa a partir de 2020.

Fonte: RevistaForum

Comissão aprova garantia de manutenção de auxílio-alimentação durante férias

O projeto de lei segue em análise na Câmara dos Deputados

Kayo Magalhães / Câmara dos Deputados



A Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 3875/23, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para proibir desconto do auxílio-

alimentação durante férias, uso de banco de horas ou faltas justificadas.

O projeto é do deputado Acácio Favacho (MDB-AP). O relator na comissão, deputado Ricardo Maia (MDB-BA), recomendou a aprovação.

Maia afirmou que a proposta está alinhada ao interesse público. "A alimentação é um direito social fundamental, assegurado pela Constituição. Desse modo, a necessidade nutricional do trabalhador e de sua família não se interrompe durante as férias ou em ausências justificadas."

O relator acrescentou que, embora a legislação não obrigue as empresas a conceder o auxílio-alimentação, uma vez fornecido o benefício devem ser observados os princípios da boa-fé e da confiança. "Ao oferecer o auxílio de forma habitual, o empregador

Brasília-DF, 07 de outubro de 2025

cria uma expectativa legítima no trabalhador, que passa a organizar sua subsistência contando com aquele valor”, ponderou.

Por fim, Ricardo Maia observou que o projeto não altera a natureza jurídica do benefício, que continua com caráter indenizatório. A proposta, disse, apenas regula as condições de sua manutenção, estabelecendo uma proteção mínima contra a redução inesperada da capacidade de subsistência do empregado.

Próximos passos

O projeto ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em caráter conclusivo. Para virar lei, a medida precisa ser aprovada pelos deputados e pelos senadores.

Fonte: Agência Câmara

FGTS é seu direito. Saiba como fiscalizar



Todo trabalhador tem direito ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Para tanto, a empresa recolhe, todo mês, 8% sobre o salário recebido pelo empregado.

Com o tempo, o Fundo de Garantia vai formando uma poupança para o empregado. Seu saldo será resgatado na demissão sem justa causa, na compra da casa própria e em outros casos previstos em lei.

Vale deixar claro que o montante depositado na conta do empregado só a ele pertence. Empresa e governo estão impedidos de movimentar essa conta.

E toda empresa recolhe o FGTS, mensalmente? É aí que está o problema. Muitas deixam de recolher o Fundo, outras recolhem por um tempo e depois param, e ainda tem aquelas que lançam o FGTS no holerite, mas não recolhem efetivamente.

Fiscalize – O bom é que o próprio trabalhador pode ser o fiscal de seu dinheiro no Fundo de Garantia. E é simples: basta a pessoa baixar no celular o aplicativo 'Meu FGTS'. Com isso, pode consultar o saldo, verificar os lançamentos e saber se a empresa está procedendo corretamente.

Baixar o app “Meu FGTS” é bem fácil. A consulta ao saldo e às movimentações também é simples. E nada disso traz custos ao empregado.

Atrasos – Quando o trabalhador baixou o app e verificou que o saldo não está batendo com os 8% do seu salário, o que ele deve fazer?

Deve procurar o seu Sindicato pra entender o seu caso e, se necessário, entrar na Justiça contra o empregador.

O dr. Marcílio Penachioni, advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos e Região, explica: “Se a pessoa está empregada, ela pode cobrar os últimos cinco anos de FGTS atrasado ou irregularmente recolhido. Se ela tiver sido demitida, também pode cobrar os últimos cinco anos. Entretanto, o prazo para ajuizamento da ação trabalhista é de dois anos a contar do desligamento”.

Segundo a Lei, o Fundo de Garantia também pode ser sacado pra cobrir despesas médicas com várias doenças. Portanto, não vacile e fiscalize essa importante poupança formada mês a mês com os 8% do seu salário.

Mais – Site do Ministério do Trabalho e Emprego.

Fonte: Agência Sindical

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA

CNTI

FILIADA À NCST NOVA CENTRAL

CAMPANHA OUTUBRO ROSA

Mês de Conscientização e Prevenção ao Câncer de Mama

EI MULHER, PREVINA-SE!

FAÇA O AUTOEXAME.

Onde existe cuidado, a vida floresce.

Cuide de sua saúde, conheça o seu corpo e esteja atenta a qualquer alteração. Pequenos cuidados podem salvar vidas.

2025 SECRETARIA PARA ASSUNTOS DO TRABALHO DA MULHER, DA JUVENTUDE E DO IDOSO - CNTI